

SAÚDE E INSTRUÇÃO EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO

Márcia Regina Barros da Silva

Doutora em História Social – USP

Pesquisadora do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da
Universidade Federal de São Paulo

e-mail: mbarros.cehfi@epm.br

Resumo

O objetivo principal neste trabalho é o de analisar o ensino médico paulista no período entre os anos 1891 e 1913, a partir dos processos de criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Como suporte desse trabalho me interessa avaliar a constituição geral das instituições instaladas no período, das associações médicas e dos periódicos criados, com a intenção de entender o cenário mais complexo da pesquisa experimental que se instalava. Esse processo ocorre simultaneamente a uma idéia de saúde pública e implantação do ensino superior como novas formas de pensar a modernidade do projeto republicano paulista.

Palavras-chave:

História da medicina, São Paulo, modernização

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de instalação do ensino de medicina em São Paulo, entre fins do século XIX e início do século XX, a partir dos projetos de modernização científica inaugurados no primeiro período republicano paulista.

A implantação do ensino médico no Brasil esteve, desde seu início, ligada a uma política de estado em íntima sintonia com a formação de elites profissionais. As primeiras escolas médicas criadas no país foram as da Bahia e do Rio de Janeiro, em

1808. Nestas instituições, partia-se de uma perspectiva hierárquica, em que se subordinavam os cirurgiões aqui formados aos médicos formados em Portugal.

Somente em 1832 ocorreram mudanças nesse quadro, após o primeiro momento da Independência do Brasil, quando aquelas duas escolas foram transformadas em faculdades de medicina, com cursos de farmácia e de partos. Os profissionais formados a partir daí constituíram-se, grosso modo, em um grupo direcionado ao próprio ensino e ao exercício da clínica nas cidades centrais do país. Nessas cidades muitos desempenhavam também funções políticas - eletivas e administrativas – e ainda oficiais, como médicos integrantes da Guarda Nacional do Império.¹

A criação de novas faculdades de medicina somente vai ocorrer no momento em que as discussões em torno da instauração da República alteram o quadro político e quando o quadro econômico nacional também começava a sofrer mudanças.²

Em São Paulo este contexto é particularmente importante, pois no período em que se dá a Proclamação da República, em novembro de 1889, São Paulo passa por um grande processo de desenvolvimento econômico, devido sobretudo às exportações de café. Na política o estado começa a apresentar novos contornos devido à implantação do sistema federativo, que favorecia a ação dos governos estaduais.³ Embora o início do período republicano tenha sido um momento em que estavam sendo redefinidos os limites entre poderes locais, das municipalidades, e os governos dos estados, é a partir da interseção destas duas instâncias que se dá ênfase a organização da saúde pública e amplia-se o acesso à educação em São Paulo.

¹ Santos Filho, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo : HUCITEC/EDUSP, 1991.

² Ferreira, Luiz Otávio; Fonseca, Maria Rachel Fróes e Edler, Flávio. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In : Dantes, Maria Amélia M. *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1903*. Rio de Janeiro : Ed. Fiocruz, 2001.

³ Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo : Editorial Grijalbo, 1977.

Dois fatores foram importantes para modificar a situação no estado: a intensa urbanização das principais cidades paulistas e a entrada de imigrantes, mão-de-obra livre, para o trabalho nas lavouras. Estas mudanças forneceram as bases de um programa com vistas a interferir no complicado quadro sanitário da capital e de cidades específicas, importantes do ponto de vista econômico, como por exemplo Santos, zona portuária, ponto de conexão para o comércio local e exportador, que começava a ser afetada por epidemias de febre amarela.⁴

Por outro lado tais mudanças, políticas e econômicas, estimularam também a construção de novos sistemas de valores. A ascensão de idéias científicas e o crescimento de demandas industrialistas, indicavam e estavam na base de um certo “entusiasmo educacional” que caracterizou o primeiro período republicano brasileiro.⁵ Neste momento os ideais republicanos eram apresentados como uma nova perspectiva de organização da sociedade, organização essa, sustentada por um arcabouço liberal, que tornaria possível a entrada do Brasil nos cânones dos países modernos e civilizados, à imagem e semelhança das principais cidades européias.

Os primeiros governos republicanos do estado de São Paulo prepararam conjuntos de medidas que visavam adequar o estado àquelas proposições modernizadoras, elegendo duas portas de entrada para este novo mundo que se projetava: a da instrução e da saúde. A partir desses dois pontos deu-se início a montagem de um cenário institucional cuja tônica era a de um discurso acusatório, contra a inépcia administrativa do antigo Império, e ao mesmo tempo uma fala favorável a um modelo de políticas públicas pretensamente democratizantes que deveriam ser inauguradas com o novo regime.

O cerne desse espírito republicano, em São Paulo, era adequar a sociedade aos ditames do progresso e do livre comércio. De maneira geral seus princípios básicos seriam o aumento do patrimônio econômico e promessas de eficiência científica, como

⁴ Ribeiro, Maria Alice Rosa. *História sem fim ... Inventário da saúde pública*. São Paulo : Editora da UNESP, 1993.

⁵ Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo : EPU/EDUSP, 1974.

apontado em debates na Câmara dos Deputados de 1892. Nesses debates afirmava-se que o intuito era fazer com que a educação possibilitasse que cada cidadão possuísse “os meios de conhecer e exercer seus direitos, de cumprir seus deveres, de se aperfeiçoar na sua indústria e de desenvolver todos os talentos que tenha recebido da natureza (...)”.⁶

Como conseqüência desse processo, na instrução, ocorrem tentativas de ampliação da escolarização, principalmente para o ensino primário, e propostas de criação de ensino técnico e superior. No setor da saúde, por seu lado, foram estabelecidas metas de combate às principais doenças epidêmicas, pois essas ao atacarem o estado impediam o pleno desenvolvimento de suas forças produtivas, e o objetivo seria então a implantação de serviços básicos de saneamento urbano.

Minha perspectiva é a de que as instituições de ensino e saúde criadas nesse período preconizavam um tipo de profissional que deveria estar ajustado às idéias de progresso e modernidade, embasadas sobretudo, na perspectiva de superioridade do conhecimento científico. Incontestavelmente, os médicos e professores escolhidos para atuarem nos diversos setores dos serviços públicos descendiam dos quadros das elites oligárquicas tradicionais e estavam também comprometidos com a manutenção da ordem no mundo social.

A atenção à saúde que se instituía por meio do Serviço Sanitário, criado em 1892⁷, visava o terreno da higiene pública. Esse sanitarismo voltado para os problemas epidêmicos, ao mesmo tempo funcionava como um instrumento de padronização da vida urbana. Isso se dava tanto por meio das intervenções que visavam o controle imediato das doenças transmissíveis, por meio de processos de desinfecção principalmente, quanto pela capacitação de agentes contratados para o

⁶ São Paulo. *Annaes da Sessão ordinária e Extraordinária de 1892*. São Paulo : Câmara dos deputados do estado de S. Paulo, 1893, p. 965.

⁷ O Serviço Sanitário foi constituído por um Conselho de Saúde Pública e por uma Diretoria de Higiene composta pelas seguintes seções: Laboratório Farmacêutico, Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório Bacteriológico e Instituto Vacinogênico.

reconhecimento, o combate e a repressão dos desvios de conduta por parte da população quanto às doenças epidêmicas

Essa capacitação me parece ser o centro mesmo dos novos serviços de saúde, pois permitiu que toda uma gama de espaços - laboratórios de análises químicas e bacteriológicas, laboratório de produção de medicamentos e hospitais de isolamento - formassem um conjunto unificado pelas conquistas do conhecimento microbiológico daquele momento. Assim o Serviço Sanitário serviu como local de combate às doenças e como arma para a conquista de um estado saneado, livre de doenças, tais como febre amarela, malária e peste, e difusor de conhecimento científico para o mundo médico. Conquista e combate por um país que se queria civilizado e para um estado que se dizia independente, “a locomotiva” do Brasil.

O aparato educacional que foi sendo montado paralelamente ao do sistema de saúde possuía um discurso voltado para o ensino primário e para outro combate, o do analfabetismo. O objetivo era formar o cidadão político, tecnicamente habilitado, para usufruir os novos ventos da República. Como apontado por deputados paulistas: “(...) é fora de dúvida que o povo deve receber uma instrução que o habilite a proceder com acerto na escolha de seus representantes, encarregados de tão alta missão. Está nisto a força crescente da democracia”.⁸

Mas além deste objetivo imediato, formar o eleitor, outras conseqüências mais complexas tiveram lugar neste quadro, principalmente a consolidação e organização do corpo de cidadãos para enfrentar, entender e aceitar a linguagem e as representações da modernidade que deveria se solidificar naquele momento.

A instalação de ferrovias, a energia elétrica, o crescimento da imprensa diária, eram somente partes das modificações ocorridas na passagem do século XIX para o XX. O esforço das elites em adequar a nova vida urbana aos símbolos da

⁸ São Paulo. *Annaes da Sessão ordinária e Extraordinária de 1892*. São Paulo : Câmara dos deputados do estado de S. Paulo, 1893, p. 32.

modernidade foi também um procedimento importante para atestar a legitimidade do novo regime.⁹

Enquanto isso o ensino primário e secundário era remodelado e do ensino superior esperava-se a formação de uma casta de cidadãos que agiriam como base de sustentação do processo de modernização, atuando como articuladores do progresso material com o progresso social que se anunciava.

A medicina tinha um lugar importante nesse processo. Mesmo sem uma escola médica até os anos 1910, o conjunto de profissionais que atuavam em São Paulo, formados sobretudo no Rio de Janeiro e na Bahia, e alguns no exterior, ocuparam lugar de destaque. O cenário médico paulista foi sendo constituído como um amplo espaço de formação profissional. Seus representantes, numa atitude consciente de busca de unidade, transformaram o conjunto das instituições de saúde existentes em espaços de aprendizagem.¹⁰ A habilitação acadêmica, impossível pela falta de uma escola médica, foi conquistada pela criação de um ambiente complexo. Tal estrutura institucional, na qual se sustentavam os médicos atuantes em São Paulo no primeiro momento da República, era composta pelos já citados Serviços Sanitários (1892) e ainda pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895) e Hospital da Santa Casa de Misericórdia¹¹, mais antiga instituição da área da saúde, reorganizada em 1885, além do atendimento particular em clínicas e casas de saúde.

Nesse momento começaram a ser criados também periódicos especializados nas área da saúde: a Revista Médicas de São Paulo, de 1889 e outra com o mesmo nome de 1895, e a Gazeta Clínica, de 1903. Como órgãos de divulgação de novos conhecimentos, os periódicos, juntamente com os demais espaços anteriormente

⁹ Ver: Carvalho, José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990; Sevcenko, Nicolau. *O orfeu extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo : Cia. das Letras, 1992 e Hardmann, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

¹⁰ Silva, Márcia Regina Barros. O ensino médico em debate: São Paulo – 1890 a 1930. In : *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 9 (suplemento) : 139-59, 2002.

¹¹ Carneiro, Glauco. *O poder da misericórdia: a Santa Casa na história de São Paulo*. São Paulo : Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1986.

citados, constituíam-se focos de irradiação e de discussão sobre a medicina e a saúde, além de espaço de discussão sobre o futuro ensino médico paulista.

Esse momento foi marcado por um processo longo de afirmação da própria constituição dos conhecimentos médicos em vigor, através de grandes disputas em torno das conquistas da microbiologia. Procurava-se definir nessas disputas qual o quadro nosológico específico do país e de São Paulo, quais as causas principais das doenças que se disseminavam no período, suas formas de propagação e suas possíveis indicações de cura, além de afirmarem-se os grandes nomes que iriam constituir a nova medicina no estado como Arnaldo Vieira de Carvalho, Arthur Mendonça, Rubião Meira.

Um debate que também teve importância na construção do novo profissional de medicina pode ser visto nas divergências quanto à influência do positivismo na profissão. A idéia da liberdade profissional foi então intensamente combatida e associadas ao falso e ao charlatanismo. O debate em torno da medicina científica tornavam vizinhos tanto o não formado que exercia a medicina quanto o formado, acusado de má atuação profissional, por trabalhar fora dos parâmetros da nova medicina de laboratório, como pode ser visto em revista do período:

Senhores! A liberdade profissional e o charlatanismo medico tem pontos de contato por onde se identificam e se completam de tal modo que é impossível pensa n'uma sem logo se pensar na outra. (...) o licenciado é um incapaz, o charlatão é um especulador (...).¹²

No ensino superior a prioridade em São Paulo, até aquele momento, havia sido a de incentivar o tradicional campo do direito. O primeiro curso superior do estado era o de formação de bacharéis, cujo curso de ciências jurídicas havia sido transformado em faculdade, com o nome de Escola de Direito de São Paulo em 1854. Somente no período republicano novas escolas foram criadas, como a Escola Politécnica, de 1894; a Faculdade de Farmácia, de 1898 e a Escola de Agronomia, de

¹² *Revista Médica de São Paulo*. Ano XII, dezembro de 1909, vol. 23, p. 466.

1901.¹³ Essas instituições foram criadas de acordo com uma visão que identificava na ideologia do progresso a chave para se alcançar “(...) o concurso das luzes e das aptidões científicas”.¹⁴

Para todas essas áreas, mais consolidadas do ponto de vista do conhecimento, as demandas do período adequavam-se muito bem a um ideal modernizador, esse tecnicamente identificado com as habilidades práticas da engenharia e com os propósitos exportadores da agronomia.

O que acontecia na questão do ensino da medicina parece ser um pouco diferente. O conhecimento médico valorizado pela idéia de saúde pública, não era suficiente para preencher os requisitos de instituição de instituições de ensino. A medicina precisava prever uma formação mais ampla do que a idéia de um serviço sanitário destinado à higiene poderia oferecer. A necessidade de entendimento do campo de atenção à saúde como um complexo composto por conhecimentos básicos e clínicos, e a busca de um local para a prática destas duas vertentes, o laboratório e o hospital geral e de especialidades, ainda não estavam bem estabelecidos naquela década final do século XIX paulista.

Nesse universo não havia completa identidade entre o que se deveria conhecer em medicina. A microbiologia e a bacteriologia das doenças epidêmicas eram destaque tanto nos primeiros periódicos médicos, quanto nas discussões da Sociedade de Medicina, mas ainda não estavam totalmente incorporadas como forma de produção de conhecimento médico por todos os clínicos em atividade. Disto derivava um modo de cuidado com os doentes que se dava essencialmente nos próprios locais de moradia (em fazendas, residências de todo tipo, entre outros) por meio da prevenção, da vacinação e dos exames coletivos e não de maneira sistemática em algum hospital geral como o serviço especializado pode propor.

¹³ Nadai, Elza. *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo 1891 – 1934*. São Paulo : Edições Loyola, 1987,

¹⁴ São Paulo. *Annaes da Sessão ordinária e Extraordinária de 1892*. São Paulo : Câmara dos deputados do estado de S. Paulo, 1893, p. 21.

A solução de alguns dos problemas de saúde deste período e por outro lado dificuldades, ou mesmo o abandono na busca de resolução de pontos difíceis nos processos nosológicos urbanos, como por exemplo o da tuberculose, dificultaram a concretização e criação de uma faculdade de medicina. Isso só viria a se modificar quando, num segundo momento, o quadro mais geral da economia industrial começa a se ampliar e quando os médicos paulistas começam também a adotar novos parâmetros de atuação, mais homogêneos e adequados aos cânones de uma medicina cientificizada. Esse direcionamento, porém, veio com a larga experiência conseguida na saúde pública e a partir do reconhecimento dos representantes mais bem identificados com os propósitos do ensino e da pesquisa.

A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi assim instalada em janeiro de 1913¹⁵, após diversos projetos rejeitados e muitas negociações. Seus componentes foram recrutados principalmente nas enfermarias do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Embora São Paulo tenha sido um modelo na atenção à saúde pública, possuindo representantes dos melhores cientistas brasileiros, tais como Emílio Ribas, Adolfo Lutz e Vital Brazil, nenhum deles foi indicado para professor das áreas básicas. Para essas vagas foram contratados professores estrangeiros, italianos e franceses, entre outros.

Um desses professores, contratado para a cadeira de História Natural e Fisiologia, fez um bom resumo no sentido de ressaltar os aspectos práticos de atenção à saúde e à utilização dos conhecimentos científicos como um meio mais abrangente de entender as doenças que afetavam o homem em sociedade:

Em um curso da natureza do que nesta Casa se professa - que colima o estudo da medicina - ciência, meia - ciência ou arte, como quer que a etiquetemos, mas cujo resultado prático e utilitário é o conhecimento das doenças que afetam o homem e o meio de preveni-las, combatê-las e curá-las, o ensino da fisiologia - que nesta hora temos a honra de iniciar, alveja o homem: é, pois, do ponto de vista médico e prático, que será orientado e norteado este curso - que a lei,

¹⁵ São Paulo. *Collecções das leis e decretos do Estado de São Paulo* : 1913. Tomo XXIII. São Paulo : Tipografia do Diário Oficial, 1914.

tendo em vista a amplitude do seu domínio e a sua importância considerável – (...) muito sabiamente repartiu em dois anos.¹⁶

Por outro lado, todo esse movimento foi feito ao largo das discussões sobre a criação de uma universidade. A ideia de criação de uma universidade brasileira vinha sendo discutida já há algum tempo, porém, sua criação no estado somente ocorreu no começo do século XX, com a instalação da Universidade de São Paulo em 1934. Está seria criada com a reunião das faculdades paulistas existentes: direito, engenharia, farmácia e medicina, além da nova Faculdade de Ciências e Letras.¹⁷

Como conclusão é possível avaliar que as questões da saúde e as perspectivas da instrução podem ser vistas em conjunto, na medida em que foram utilizadas como ponto de apoio para o avanço dos ideais republicanos no meio social paulista.

Ambas serviram para indicar que a melhoria das condições de vida seria o alicerce de um país civilizado e reconhecido no cenário mundial. Porém, este projeto na verdade ainda hoje não está completo. Para se ter uma ideia, em 1922, no primeiro centenário de sua independência, o Brasil possuía cerca de 80% de analfabetos, “conforme cálculos da época”¹⁸; e a saúde pública, tanto urbana quanto rural, sofria de diversos problemas, principalmente doenças endêmicas e graves crises periódicas nos setores rurais¹⁹. Daí percebe-se que as promessas e as esperanças surgidas com o advento da república foram suficientes apenas para mudar superficialmente as condições da grande maioria da população.

É possível, pois, identificar duas questões fundamentais para se pensar as diferenças nos processos de criação de instituições de ensino médico no Brasil e especificamente em São Paulo. Primeiro, a Proclamação da República como um

¹⁶ Campos, Ovidio Pires de. *Anais Paulistas de Medicina*. Ano II, abril, 1914, p. 99.

¹⁷ Fávero, Maria de Lourdes de A. *Universidade e poder: análise crítica fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

¹⁸ Nagle, op. Cit., p. 112.

¹⁹ Telarolli Jr., Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços sanitário em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. Ver também Hochman, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ed. HUCITEC/ANPOCS, 1998.

momento importante na busca de profissionais qualificados para a nação e, segundo, as discussões em torno das idéias de progresso científico, no início do século XX. Estes dois temas direcionaram o ideário republicano, tanto na saúde, quanto na educação, e justificaram grande parte dos projetos das elites paulistas naquele momento.

Os espaços para a atuação médica estavam sendo criados a partir de novas propostas, às quais tentei delinear aqui apenas superficialmente.²⁰ O sanitarismo, a saúde pública, o associativismo e o periodismo médico, fomentavam discussões sobre as especificidades das doenças existentes no Brasil, e em São Paulo. Esses temas acabaram ainda por funcionar como fator de aglutinação e unificação da linguagem médica, construindo também um novo espaço comum, o do laboratório para a produção de conhecimento médico, lugar de chancela científica para as novas atividades desenvolvidas.

O ensino médico foi legitimado em sintonia com um certo espírito a que chamo de “acadêmico”, que somente se consubstanciou quando um conjunto amplo de profissionais se adequou ao quadro de uma medicina científica. Quando um número suficientemente grande de profissionais passou a tomar parte de associações, quando esses passaram a creditarem suficiente legitimidade aos serviços criados no início da República e quando começaram a praticar essa nova medicina experimental de maneira mais ampla, tanto na saúde pública quanto na particularizada, estava pronto o ambiente que reconhecia os profissionais paulistas como passíveis de transmitir conhecimento e reproduzir seus agentes. A instituição de um local de ensino formalizado completava o quadro de espaços médicos no estado e fornecia novos parâmetros para o profissional, para a produção de conhecimento e para o atendimento à saúde a ser realizado na república paulista.

²⁰ Ver em mais detalhes Silva, Márcia Regina Barros. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2004.

Fontes

CAMPOS, Ovidio Pires de. *Annais Paulistas de Medicina*. Ano II, abril, 1914, p. 99.

REVISTA Médica de São Paulo. Ano XII, dezembro de 1909, vol. 23, p. 466.

SÃO PAULO. *Annaes da Sessão ordinária e Extraordinária de 1892*. São Paulo : Câmara dos deputados do estado de S. Paulo, 1893.

SÃO PAULO. *Collecções das leis e decretos do Estado de São Paulo : 1913*. Tomo XXIII. São Paulo : Tipografia do Diário Official, 1914.

Referências

CARNEIRO, Glauco. **O poder da misericórdia: a Santa Casa na história de São Paulo**. São Paulo : Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1986.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo : Editorial Grijalbo, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro : Achiamé, 1980.

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes e EDLER, Flávio. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In : DANTES, Maria Amélia M. **Espaços da ciência no Brasil: 1800-1903**. Rio de Janeiro : Ed. Fiocruz, 2001.

HARDMANN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo : Ed. HUCITEC/ANPOCS, 1998.

NADAI, Elza. **Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo 1891 – 1934**. São Paulo : Edições Loyola, 1987.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo : EPU/EDUSP, 1974.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim ...* Inventário da saúde pública. São Paulo : Editora da UNESP, 1993.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo : HUCITEC/EDUSP, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. **O orfeu extático na metrópole**. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo : Cia. das Letras, 1992

SILVA, Márcia Regina Barros. O ensino médico em debate: São Paulo – 1890 a 1930. In : **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, vol. 9 (suplemento) : 139-59, 2002.

SILVA, Márcia Regina Barros. **O mundo transformado em laboratório**: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2004.

TELAROLLI JR., Rodolpho. **Poder e saúde**: as epidemias e a formação dos serviços sanitário em São Paulo. São Paulo : Editora da UNESP, 1996.